

CULTURA, PATRIMÔNIO E PAISAGEM

O planejamento urbano também se responsabiliza pelo resgate da história, garantia da memória, preservação do patrimônio e promoção da cultura, sobretudo, numa conjuntura de transformação da cidade em mercadoria e intensificação do uso do solo. Assegurar que a história dos grupos sociais que construíram a nossa cidade possa ser conhecida para as gerações atuais e futuras, através de objetos e edificações materiais e das manifestações culturais, é imprescindível para a construção de uma cidade para as pessoas e não apenas para gerar lucros para a menor parcela da população.

Nosso modelo de gestão defende que a cultura, a paisagem e o meio ambiente são patrimônios culturais e naturais do povo juiz-forano, refletindo a identidade de nossas matrizes culturais, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, modos de expressão, vivências, artes e saberes que construíram através do tempo a cidade de hoje. Os espaços, obras, objetos, documentos, edificações possuem um rico valor paisagístico, artístico, histórico, arqueológico, ecológico e científico, que se preservado é um forte aliado do desenvolvimento da cidade, na constituição de um meio ambiente saudável e a qualidade da vida urbana.

Com base no Estatuto da Cidade, na Política do Patrimônio Cultural Material e no Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora, entendemos que cabe ao Estado a identificação, a promoção e a proteção do patrimônio em suas vertentes material e imaterial. Destacando que, assim como a produção desses bens são coletivas, a preservação é impossível sem a legitimação social das ações do Estado. Nesse sentido, a participação dos usuários da cidade, de artistas e promotores de manifestações culturais é de máxima importância na política do patrimônio.

É necessário fortalecer os grupos sociais para uma participação ativa na elaboração de mecanismos de uso e preservação do patrimônio das zonas urbanas ou rurais. E ainda, agir em rede através das secretarias municipais no que compete à dinâmica interna, além de externamente entre município, estado e federação buscando ferramentas para a preservação do patrimônio cultural.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Garantir a **execução da Política de Preservação do Patrimônio Cultural prevista no Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora - PDP/JF** a fim de valorizar a memória e identidade da população em relação à cidade.
- Assegurar a **preservação do patrimônio cultural material da cidade frente ao desenvolvimento urbano**, prezando pela qualidade de vida frente à geração de lucros.
- Fiscalizar as atividades urbanas para o **atendimento de normas e legislação no licenciamento ambiental e do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** para os empreendimentos urbanos e rurais.
- Viabilizar e desenvolver **pesquisas** para a identificação de espaços e marcos históricos da cidade de forma contínua.
- Promover a **educação patrimonial** como instrumento permanente de conhecimento individual e coletivo, visando a participação ativa de crianças, jovens e adultos na produção de conhecimento e valorização de bens materiais e culturais da sociedade.
- Promover a **salvaguarda de grupos e atividades tradicionais, tais como a capoeira, a Folia de Reis, os batuques, etc.**
- Fortalecer grupos que promovem a cultura, a memória e a preservação das matrizes culturais que construíram a história da cidade, definindo estratégias para uma melhor política patrimonial.
- Apoiar e conservar espaços públicos de realização de atividades religiosas, em especial as de matrizes africanas.
- Propiciar **espaços e catalisar manifestações culturais e artísticas**, ocupando a cidade de forma descentralizada, para além do centro em direção aos bairros.
- Transformar locais marcados pelo legado autoritário da ditadura-militar ou pelo legado racista e colonialista da escravidão em **espaços de memória** (centros de cultura, memoriais, etc).
- Modificar os nomes de **ruas e prédios públicos** que recordam pessoas, entidades e fatos relacionados ao legado autoritário da ditadura-militar ou ao legado racista e colonialista da escravidão.
- Prezar pela **paisagem urbana** através da fiscalização de placas, outdoors e letreiros nas fachadas.

CULTURA

Com a formulação e implementação das reformas neoliberais, a lógica de mercado passou a ser reconhecida como superior às demais e passou a prevalecer na formulação das políticas e nas parcerias com as organizações sociais. Cada vez mais o poder público passa para o setor privado a responsabilidade de conduzir a cultura. Vemos pouco sendo feito para formar cidadãos e cidadãs culturais. Tampouco uma política cultural consistente, que englobe tanto a acessibilidade, quanto a produção e a formação de público.

Nas últimas décadas, a inserção da cultura na lógica mercantil, acabou por reduzir o valor legítimo de um bem cultural ao preço, ou seja, é o valor econômico que define o sucesso da indústria cultural. Decorre-se disso, uma censura antecipada: o mercado condiciona os projetos culturais que poderão avançar e os que não. O investimento privado não é altruísta: o retorno chancela as ações. O que ocorre é que uma série de projetos aprovados não é financiada por não possuírem apelo comercial.

Vemos de forma contrária, acreditamos que o estado deve tomar para si o papel de formular políticas públicas voltadas para o bem comum, ou seja, incentivar todos os tipos de manifestações culturais. Deve viabilizar a produção, a divulgação e a apresentação das mesmas, de forma constante, sem se subordinar à vontade do mercado.

O secundarização da atual gestão com a questão cultural é notório. A Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura, ferramenta fundamental no fomento à produção artística local, por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, não teve edital divulgado, repetindo a situação de cancelamento pela quinta vez em sua história. Mesmo com alguns avanços, a burocratização e as formalidades excessivas presentes nos editais ainda restringem o acesso ao financiamento e dificultam a democratização do acesso aos bens culturais e a promoção da cultura na cidade.

As dificuldades do setor se amplificaram de forma drástica com a eclosão da pandemia de Covid-19 e a falta de política por parte do prefeito e da câmara. A necessidade de isolamento social restringiu de forma brutal as possibilidades de realização de atividades culturais, atingindo, principalmente, os trabalhadores da

cultura e aprofundando as dificuldades de uma categoria que já, antes da pandemia, vinha lutando para se estabelecer profissionalmente.

É necessário alterarmos esse quadro. A cultura deve ser pensada enquanto preservação da história, da tradição, dos modos de ser, como educação, lazer, atividade econômica e, além disso, enquanto uma ferramenta de modificação da realidade concreta da sociedade.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Ampliação do “Censo da Cultura” com o intuito de pensar e fomentar mecanismos de acessar as formas mais amplas de manifestação cultural;
- Elaborar as políticas de cultura por um caminho que vá das periferias e da zona rural para o centro e não o contrário, como o que acontece nos editais da prefeitura, contribuindo, assim, para a descentralização das atividades e equipamentos culturais;
- Elaborar formas e políticas, em diálogo com o setor cultural da cidade, de aproximar a elaboração de demandas e possibilidades de execução e de tornar os editais menos burocráticos e mais acessíveis aos setores historicamente afastados;
- Fomentar a expansão de feiras agroecológicas integradas à realização de atividades culturais diversas, dialogando com nossos compromissos em relação ao meio ambiente;
- Avançar no processo de implementação e desenvolvimento da cultura no espaço regular das escolas municipais;
- Elaborar políticas que possibilitem a utilização dos aparelhos escolares da rede municipal enquanto pontos de cultura com direito a uso por parte da comunidade, favorecendo o estreitamento dos laços entre escola e comunidade;
- Elaboração e execução de um plano de revitalização de praças públicas situadas em bairros periféricos, com o intuito de expandir para as mesmas o modelo de integração entre cultura, esportes e lazer presente na Praça CEU, no bairro Benfica;
- Criação de projeto através de parceria entre a gestão municipal e a UFJF a fim de potencializar a utilização dos espaços de cultura, áreas de lazer e museus sob a gestão da universidade, com atividades culturais.